

Aumento de servidor a toque de caixa

Plano de carreira dos funcionários do Senado, que vai engordar a folha em 60%, precisa ser aprovado até sexta-feira

ERIKA KLINGL

BRASÍLIA – O Senado tem pouco tempo para aprovar o plano de carreira de seus funcionários. A proposta de aumento de salários precisa ser votada até sexta-feira para valer. Os funcionários estão apreensivos com a repercussão do aumento. “Corremos grande risco, ainda mais depois da reportagem do **Jornal do Brasil**”, confessa o diretor Geral da Casa, Agaciel Maia. O **JB** revelou ontem que a nova estrutura funcional vai provocar um aumento de 60% na folha de pagamento depois que o plano for adotado integralmente. Mas a legislação eleitoral determina que os salários do funcionalismo público só podem ser reajustados até o dia 6 de abril.

O projeto aguarda aprovação na Comissão de Constituição e Justiça. A proposta só será votada depois que os parlamentares concordarem com o pedido de urgência para tramitação da matéria. O relator do projeto será mudado na última hora. Depois de aprovado na comissão, segue para o plenário. Tudo precisa ser feito entre hoje e amanhã. “Se não for aprovado até sexta-feira, o plano de carreira não existe mais, acabou”, lamenta o diretor. No ano que vem, começa tudo de novo.

Se depender do governo, o aumento não sai agora. Ontem, ao visitar o presidente do Senado, Ramez Tebet, o ministro do Planejamento, Martus Tavares – que deixa o cargo para assumir uma diretoria no Banco Interamericano de Desenvolvimento –, garantiu: “Esse negócio de salário vai ficar para o próximo ministro”.

Pouco depois de se despedir de Martus, Tebet negou ter pedido reforço orçamentário federal para colocar o reajuste em execução. “Isso é assunto interno do Senado”, afirmou. O novo plano de carreira do Senado começou a ser discutido há um ano, quando o Ministério do Planejamento foi avisado sobre a montagem do projeto. Assim, os recursos para a nova estrutura funcional da Casa foram garantidos no Orçamento da União de 2002.

Para não estourar a verba do Senado, o aumento viria a conta-gotas e reduziria o impacto a 15% ao ano na folha de pagamento. Nesse ritmo, só estaria totalmente pago em quatro anos. No primeiro momento, os novos valores ficariam apenas no papel e os servidores receberiam a metade do previsto nas tabelas. Os efetivos ganhariam entre R\$ 6 mil e R\$ 9,5 mil.

Do outro lado do Congresso, os funcionários comemoram. A Câmara dos Deputados adotou o plano de carreira 15 dias atrás. O aumento de 20% vem nos próximos salários. A secretaria-geral explica que a proposta foi aprovada pelo plenário em 1998, mas dependia de regulamentação.



Fotos de Carlos Humberto - BG Press/AJB

Martus Tavares e Ramez Tebet discutem verba para reajustar salário de funcionários. Governo não quer financiar o aumento